

O processo eleitoral aos Colegiados Centrais e a conjuntura da Unesp: cenários que se entrelaçam

A Adunesp tem defendido, ao longo da sua histórica atuação como sindicato, que todos os docentes exerçam, em sua plenitude, a prerrogativa de postular o exercício da representação da sua categoria nos Colegiados Centrais, bem como de escolherem livremente seus representantes. Em todos os pleitos, a Adunesp tem apresentado um conjunto de candidaturas comprometidas com os princípios defendidos pela entidade, consubstanciados num documento público denominado “Carta do Chapão da Adunesp”, construído coletivamente em inúmeras plenárias estaduais, com a presença de representantes de vários campi, num ambiente democrático e participativo. Nessas ocasiões, temos procurado divulgar essas chapas e os parâmetros da sua atuação por meios próprios do sindicato, utilizando recursos mantidos pelos seus filiados, cuja participação é espontânea, já que nossa filiação não é compulsória.

As eleições para os Colegiados Centrais neste ano foram marcadas por um incidente revelador. A utilização de e-mail institucional pelo diretor de São José dos Campos, pedindo votos para chapas que foram “elaboradas” pelo Fórum de Diretores e Vice-Diretores para, segundo ele, “fortalecer a nossa representação nos Colegiados Centrais da Universidade”. Até o presente momento, nenhum Diretor, ou Vice-Diretor, contestou o conteúdo deste e-mail. Além disso, foram veiculados e-mails em que se assumia explicitamente a existência dessas candidaturas, o que evidencia que, de fato, as instâncias oficiais dos Diretores e Vice-Diretores, e seus respectivos Fóruns, se engajaram no processo eleitoral para angariar votos para as chapas por eles “elaboradas”.

Não há que se fazer nenhum reparo a quem quer que seja que postule representar a comunidade unespiana nos Colegiados Centrais, muito menos que Diretores e Vice-Diretores tenham suas preferências por uma ou outra chapa. No entanto, os fóruns aqui mencionados, embora não tenham existência legal no organograma da Unesp, reúnem-se, com o patrocínio de verbas públicas da Universidade, e exercem um expressivo poder de pressão nos destinos da instituição por meio da atuação organizada dos seus integrantes em diversos Colegiados, mas principalmente no Conselho Universitário, onde todos os Diretores de unidade são membros natos. Assim, sua interferência neste processo eleitoral, por meio institucional, caracterizou nitidamente uma tentativa de influenciar nos resultados desta eleição, o que viola os pressupostos

fundamentais de impessoalidade e transparência na administração da coisa pública.

Assim, o horizonte das eleições para os Colegiados Centrais em 2017 ficou marcado por um cenário em que havia:

1- Uma chapa “elaborada” pelos Fóruns de Diretores e Vice-Diretores, para a qual foi pedido apoio com o uso de meio institucional (e-mail da Diretoria do Campus de São José dos Campos); o que evidencia abertamente um alinhamento entre a proposta desses Fóruns para a Unesp e a atuação dessas Chapas;

2- Chapas comprometidas com a defesa de posições construídas coletivamente nas Plenárias Estaduais da Adunesp (agrupada no Chapão da Adunesp) e nas instâncias coletivas do Sintunesp (agrupada no Chapão das Entidades);

3- Um pequeno número de candidaturas sem compromisso formal com os Fóruns de Diretores e Vice-Diretores, nem com os princípios defendidos pela Adunesp e pelo Sintunesp.

As eleições para os Colegiados Centrais são apenas um dos elementos de um cenário complexo, no qual os projetos da atual reitoria e dos Fóruns de Diretores e Vice-Diretores ocupam um lugar literalmente privilegiado, inclusive na disponibilidade de meios para atingir seus objetivos, conforme apontamos acima. Para eles, é fundamental a consolidação de uma hegemonia nessas instâncias colegiadas, de modo a poderem perpetuar a sub-

missão ao subfinanciamento imposto pelo governo estadual, concretizado pela ausência das contratações de servidores técnico-administrativos e docentes em número adequado para o pleno funcionamento da universidade; na proposição de políticas de contratação docente que privilegiam regimes de trabalho parciais; no uso cada vez maior de pós-graduandos em estágio docência para evitar contratações; no confisco de parte do vale alimentação dos professores substitutos; na ameaça de não pagamento do 13º salário aos servidores estatutários; na aprovação aligeirada de processos de avaliação docente sem uma verdadeira discussão com a comunidade; no “empoderamento” dos detentores de funções executivas em detrimento da voz coletiva.

Ao optar por esse caminho, o estafê dirigente da nossa Universidade aposta no estabelecimento de uma política de pensamento único que corrói o ethos

acadêmico, na medida que desconsidera amplos setores da comunidade que se opõem às propostas oriundas do núcleo duro de poder, comprometendo ainda mais a nossa frágil democracia interna.

Nossa preocupação, expressa na nota conjunta Adunesp/Sintunesp, é exatamente com as condições para que se garantisse uma livre escolha dessas chapas e candidaturas pela comunidade. E o pressuposto básico para isso é que vias institucionais não se imiscuissem no processo, o que, certamente, aconteceu, conforme denunciemos. Ações como essas, de cunho patrimonialista, não podem ser toleradas porque conferem um caráter autocrático e autoritário à administração superior, em que os fins justificam os meios, e ofendem a universidade porque são incompatíveis com um ambiente minimamente democrático.

2017: o ano difícil

A história da nossa Universidade tem sido marcada indelevelmente pela subserviência histórica das sucessivas gestões reitorais, com o apoio incondicional de amplos setores institucionais presentes no Conselho Universitário, que têm possibilitado os sucessivos espasmos expansionistas da nossa Universidade, em grande parte responsáveis pela situação crítica em que nos encontramos hoje, sem sequer garantias de pagamento do 13º salário para os servidores estatutários, conforme, inclusive, declarações recentes do atual Reitor. A propósito, a Adunesp ajuizou mandado de segurança preventivo para garantir que esse direito não nos seja suprimido, diante da ausência de respostas aos dois ofícios que enviou ao Magnífico Reitor (nº15, de 8/11/2017, e nº17, em 17/12/2017), o segundo reiterando solicitação do primeiro, que ele nos informasse quando ocorrerá o pagamento do 13º salário dos servidores estatutários.

A fala de diversos membros do estafê reitoral, acerca de uma busca febril pela excelência – nunca definindo muito bem o que seja isto para eles – sugere que a trajetória para atingir este objetivo passa necessariamente pela introdução em nossa Universidade de estratégias privatizantes, e do paradigma ultra neoliberal do empreendedorismo. O desenho que se anuncia com essas falas é que cada docente “empreendedor” consiga recursos externos para garantir as suas condições precárias de trabalho. Que cada departamento, como uma microempresa, estabeleça metas e estratégias para viabilizar financeiramente o trabalho dos seus docentes. Que cada programa de pós-graduação construa sua sustentabilidade, independente de quaisquer políticas de apoio por parte da reitoria, uma vez que estas estarão direcionadas somente para as que obtiveram nota 7 da Capes. As outras, mesmo com seu corpo docente diminuído pela não contratação em substituição a aposentadorias e eventuais demissões, que busquem a excelência por seus próprios meios, ou pereçam. Ou seja, cada uma para si e a rei-



toria pelas nota 7.

Para as graduações, pouco ou nenhum recurso, e muitos professores/as substitutos/as – mas não em número suficiente – com jornadas de 24 ou 12 horas, com vale alimentação reduzido, além de um contingente crescente de pós-graduandos/as em estágio docência, em condições ainda mais precárias do que os/as professores/as substitutos/as e o aceno de uma mudança drástica na política de contratação, quando isso for possível.

Recentemente o Conselho universitário rejeitou que docentes dos Campi Experimentais tivessem o direito de eleger seus representantes para este colegiado, uma sessão após ter sido aprovada a participação, com voz e voto, dos Coordenadores Executivos desses campi. Também nesta perspectiva, a CCPG aprovou uma proposta de reestruturação da sua composição, na qual a representação docente será exercida exclusivamente por Coordenadores de Pós-Graduação da Unesp. Essas duas deliberações limitam a prerrogativa de escolha de representantes docentes e, na medida em que restringem o rol dos docentes elegíveis, desqualificam a maioria do nosso corpo docente e privilegiam a presença de autoridades constituídas que prescindem do voto da categoria para sua atuação.

Por outro lado, tramita no CEPE, num ritmo acelerado, uma “nova” proposta de avaliação docente – que 17 Congregações e Conselhos Diretores fizeram muitas restrições e 8 rejeitaram – sem que se tenha, até agora, a perspectiva de que o documento a ser submetido à aprovação no CEPE volte para apreciação das Congregações/Conselhos Diretores para que tomem conhecimento, se, e quais sugestões foram incorporadas, e, assim, expressem seu posicionamento sobre o texto final da proposta de avaliação, como seria de se esperar de um processo respeitoso e democrático para com essas manifestações. Essa matéria proposta pela reitoria foi aprovada numa sessão do CEPE tumultuada, em que muitos conselheiros saíram sem estar seguros do que realmente tinha sido aprovado, por 12 votos favoráveis e 11 contrários, o que é um indicador importante de que não houve uma discussão mais aprofundada deste item de pauta, e da pouca disposição da reitoria para construir minimamente um consenso acerca da “nova metodologia” de avaliação docente. Com essa condução, ficou evidente a intenção da reitoria de aprovar a qualquer custo a “nova avaliação”, impondo uma dinâmica autoritária à tramitação da matéria, que estava sendo discutida pela primeira vez nesta reunião do CEPE.

2018: o ano crítico

O ano de 2018, mais do que foi 2017, será um período crítico para o sistema público de educação superior paulista, em especial para a nossa Universidade. A peça orçamentária aprovada na última reunião ordinária do Conselho Universitário da Unesp se compromete com 13 folhas de pagamento, não havendo espaço neste orçamento para o pagamento do adicional de férias. Para que isso ocorra, são necessárias 13,33 folhas, sendo 0,33 correspondente ao provisionamento do pagamento de 1/3 do salário que todos recebemos, até agora, por ocasião do período de férias. Portanto, o orçamento aprovado não contempla todo o investimento estatal necessário para o pleno funcionamento da nossa Universidade. O que se fez foi, mais uma vez, um “ajuste” nos gastos da Universidade para adequar o seu custo ao histórico subfinanciamento estatal largamente denunciado pela Adunesp e pelo Fórum das Seis.

Além disso, tramita na Assembleia Legislativa o Projeto de Lei no 920 (PL/920), de iniciativa do Po-

der Executivo. A aprovação deste PL é condição para que o governo Alckmin suspenda por dois anos o pagamento da dívida do Estado com a União e, entre outras coisas, limita os gastos primários à inflação do ano anterior, incluindo aí a saúde, a educação e, evidentemente, as universidades públicas. Isto implicará num brutal corte de recursos para essas áreas, pon-do em risco, inclusive, a dotação orçamentária para a Unesp, a USP e a Unicamp. E, apesar de todos os esforços de amplos setores do funcionalismo público paulista (incluindo a Adunesp, o Sintunesp, o Fórum das Seis e os demais sindicatos de servidores técnico-administrativos e docentes da USP, da Unicamp e do Centro Paula Souza) em barrar esse duro golpe nos investimentos em serviços públicos essenciais, esta medida certamente será aprovada, porque a base do governo é avassaladoramente majoritária na Alesp.

É também em 2018 que se concretizarão os efeitos práticos da reforma trabalhista e da lei de terceirização que, seguramente, como já anunciado por todas as forças políticas responsáveis e comprometidas com os trabalhadores brasileiros, imporão um pesado ônus a todos nós, porque submeterão enormes setores da população a condições sub-humanas de trabalho e acarretarão uma queda substancial da massa salarial, o que, direta ou indiretamente, nos afetará, e muito.

Por outro lado, iniciaremos 2018 debatendo intensamente dois projetos de universidade. A reitoria tem esboçado uma trajetória privatizante. Ela tem acenado com uma política de venda de serviços, arrocho salarial, super precarização do trabalho docente, e imprimido uma prática de concentração de poder nas mãos do seu estafe, fortalecendo sua presença nos colegiados em detrimento das representações de servidores docentes e técnico-administrativos eleitos, tanto que apoiou o veto à representação docente no Conselho Universitário e a restrição à participação de todos os colegas envolvidos com a pós-graduação na CCPG. O que se depreende das ações, omissões e falas oficiais é que, no modelo de universidade que defendem, os estudantes de graduação não precisam de tantas aulas com têm agora, nem, em grande parte, de professores que as ministrem presencialmente. Depreende-se disso que os estudantes poderão aprender muitos conteúdos por tele-aulas de disciplinas ministradas à distância (EAD), muitas delas por professores contratados, quando isso for possível (sic), exclusivamente para esse fim. Portanto, quando isso acontecer, estaremos caminhando em direção a uma universidade em que o tripé docência-pesquisa-extensão já não será mais o pilar a sustentar nossas atividades. Nosso trabalho será controlado por um processo de avaliação essencialmente quantitativo, estimulando a competição, e não a cooperação, entre docentes e departamentos. Se chegarmos aí, estaremos trabalhando numa instituição pública cujos valores mais caros de dedicação exclusiva e tempo integral serão prerrogativas de um número cada vez menor de docentes, basicamente daqueles lotados nas ilhas de excelência – segundo critérios particulares da atual gestão – cuja produção acadêmica, atrelada a uma dinâmica empresarial, possa nos colocar em destaque nos rankings internacionais de produtividade. Ou seja, às favas a qualidade das nossas graduações, todo nosso trabalho de extensão não remunerado com recursos externos e nossa autonomia para escolher o objeto de pesquisa. Se chegarmos a

isso, nossa Universidade deixará de cumprir seu papel fundamental de formar gerações de jovens paulistas e brasileiros com qualidade, de produzir conhecimento e pensamento crítico relevante para a sociedade e, conseqüentemente, perderá sua importância para a população que a sustenta com seus impostos.

O outro modelo propõe uma universidade laica, gratuita, democrática e de qualidade socialmente referenciada. Em que o tripé ensino-pesquisa-extensão que sustenta o pilar que nos torna uma referência importante para a sociedade, permaneça prestigiado. Em que o trabalho docente seja valorizado e respeitado. Em que tenhamos uma autonomia universitária suficientemente forte e consolidada de modo a podermos dialogar com o governo estadual e com os diversos atores políticos numa posição digna da importância que temos para a sociedade. Que a nossa produção de conhecimento e pensamento crítico continue, como sempre fez, a dar sustentabilidade para intervenções políticas que contribuam para o fortalecimento da soberania nacional e faça a sua parte, como tem feito, contribuindo para que caminhemos, enquanto nação, no sentido contrário ao agravamento do subdesenvolvimento, não se curvando às políticas de destruição do serviço público brasileiro de qualidade, sem o que continuaremos submetidos a uma vergonhosa dependência dos países centrais do capitalismo mundial, que impõem

suas diretrizes políticas, científicas comerciais e culturais que nos têm mantido num lugar absolutamente subalterno e miserável, indigno do povo brasileiro. Uma universidade verdadeiramente importante e, portanto, uma universidade necessária para o país.

Para defendermos esse modelo da universidade necessária é fundamental que lutemos ainda mais do que lutamos até agora, superando nossas divisões e promovendo um aprimoramento da democracia interna em nossa Universidade. A voz da comunidade acadêmica tem que ser ouvida em nossas instâncias decisórias. É imperiosa a necessidade de democratização das nossas instâncias de poder, aumentando a representatividade do segmento docente, técnico-administrativo e estudantil nesses órgãos, com conselheiros eleitos pela comunidade. Metade do Conselho Universitário é composta por membros natos, o que não os obriga a compromisso coletivo algum com as demandas coletivas genuínas, tanto que têm votado sistematicamente, e aprovado, todas as propostas de limitação das representações eletivas neste Conselho, além das políticas irresponsáveis de expansão da Unesp que hoje nos impõem pesados ônus como, aliás, tem dito o atual reitor.

2018 será um ano ainda mais difícil do que 2017, mas temos confiança de que a comunidade unespiana unida será capaz de se fazer presente na condução dos destinos da Unesp. Precisamos, mais do que nunca, nos organizar para a defesa da nossa Universidade, que corre sério risco de se transformar numa instituição irrelevante para o povo paulista e brasileiro. E, para isto, não basta que o sindicato faça a sua parte, como historicamente tem feito. É preciso que toda a comunidade se mobilize e exija que seus dirigentes cumpram com o seu dever de conduzir a nossa Universidade para um patamar que recupere o respeito para com o trabalho docente e, sobretudo, correspon-da ao que a sociedade espera de uma universidade digna do nome.

